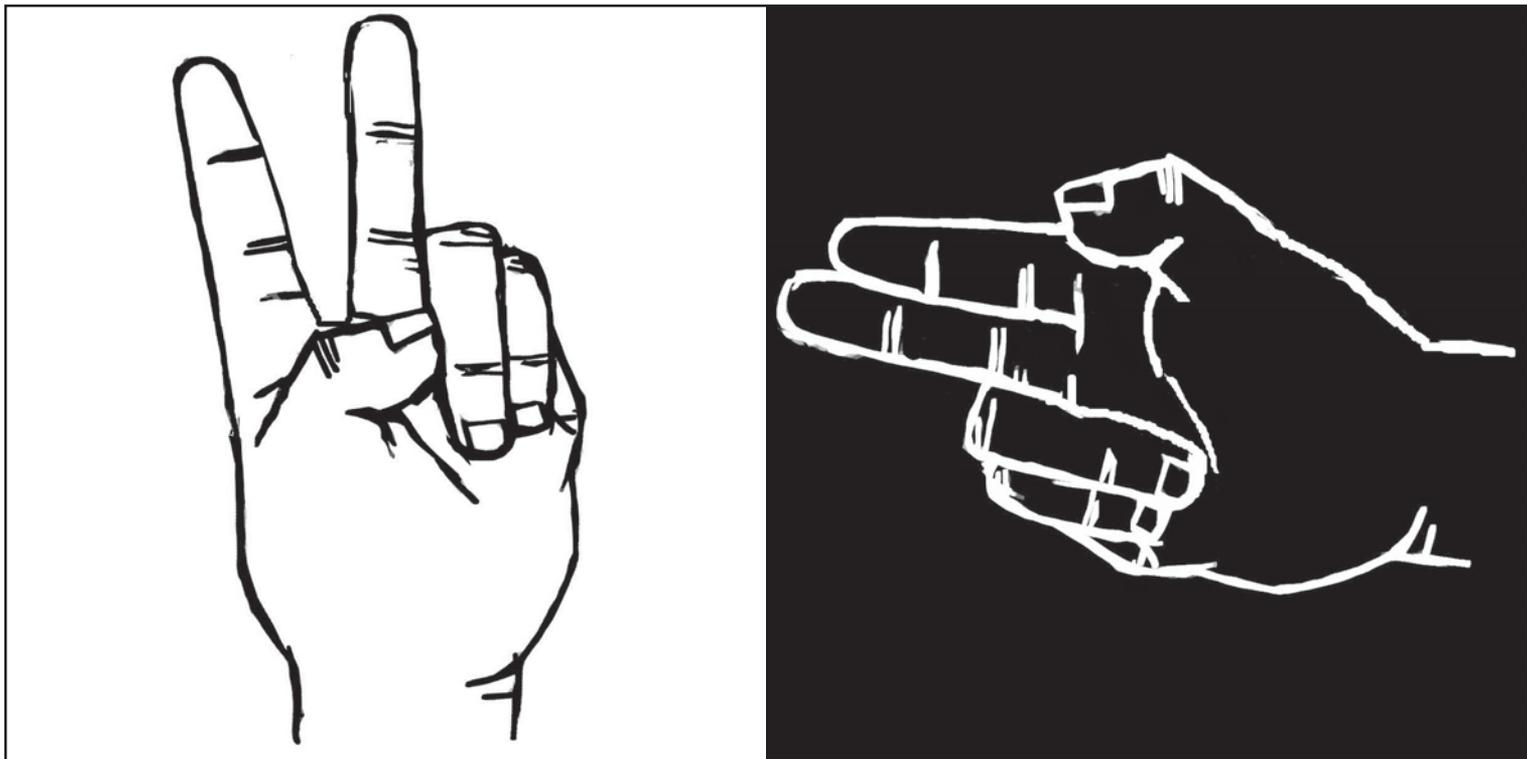


# Venda de armas Sim ou Não?



O referendo sobre a proibição da venda de armas e munições, no Brasil, deverá levar mais de 100 milhões de eleitores às urnas, no próximo dia 23 de outubro. E afinal, sim ou não à venda de armas? Este é um dos temas centrais desta edição.

Páginas 3



## João Paulo de A. Magalhães é eleito economista do ano

Em entrevista ao *JE*, o professor escolhido como "Personalidade Econômica do Ano" faz uma avaliação da política econômica do atual governo e fala do futuro: "não dá para ser pessimista".

Pág. 7

## O problema da indexação no Brasil

Pág. 10

## Eleições no Corecon-RJ

Pág. 16

## EDITORIAL

# Sim ou não às armas?

No próximo dia 23, mais de 100 milhões de eleitores irão às urnas decidir favorável ou contrariamente à venda de armas e munições no Brasil. O tema é complexo, embora, à primeira vista, a onda de violência e o temor com que cada cidadão e cidadã circulam pelas grandes cidades do país induzam a responder sim à proibição.

Contudo, não somente a tese do direito de defesa, mas a complexidade de deixar ao Estado a decisão que, a princípio, deve caber a cada pessoa – ter ou não arma – provocam reflexões e muita polêmica. Afinal, é o Estado quem deve decidir se devemos ou não ter armas ou esta é uma decisão que compete a cada um?

Assunto controverso, daí a decisão do *JE* em trazer para estas páginas opiniões opostas sobre o tema. Convidamos o sociólogo Antonio Rangel, do Viva Rio, e o presidente

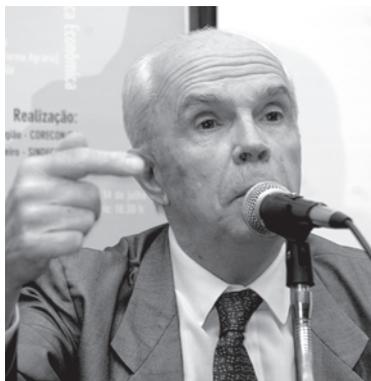
da Associação dos Delegados de Polícia do Rio de Janeiro, Wladimir Reale, para exporem suas visões sobre o referendo do próximo dia 23.

Além desta questão, o *JE*, nesta edição, traz um artigo que resume o trabalho vencedor do Prêmio de Monografia Celso Furtado, de autoria de Felipe Marques, e a entrevista com o professor João Paulo de Almeida Magalhães, eleito pelo Conselho Federal de Economia como “Personalidade Econômica do Ano”.

Apesar dos pesares, do continuísmo da política econômica do Governo Lula, o professor João Paulo não esmorece. Ele conclui sua entrevista afirmando que, “de uma perspectiva de prazo mais longo, não há porque ser pessimista com relação ao Brasil”. ■

## Sumário

- Página 3** Desarmamento:  
Em defesa da vida
- Página 5** Desarmamento:  
O Estatuto e a ordem institucional
- Página 7** Entrevista:  
João Paulo de Almeida Magalhães ►
- Página 10** Tarifas Públicas – Desindexar é preciso
- Página 12** XV Prêmio de Monografia –  
Compras Governamentais: é preciso aumentar a eficiência
- Página 15** Fórum Popular de Orçamento – Câmara aprova propostas do FPO
- Página 16** Eleição no Conselho será dia 28  
Livro discute a EPI  
Tese vira livro  
Prêmio de Jornalismo Econômico



**ERRATA** - Na matéria “XV Prêmio Corecon-RJ”, de agosto 2005, foram publicadas incorreções: a terceira colocada, Carolina Miranda Cavalcante, formou-se na UFF. Um dos primeiros manuais de metodologia que ajudaram a difundir os debates da Filosofia da Ciência e Economia foi “Methodology of Economics,” de Mark Blaug e não Marco Plot. A tradição filosófica à qual a economia se refere é a dos “teóricos do crescimento do conhecimento” e não “teóricos do crescimento e do conhecimento”. A grafia correta é Imre Lakatos e não Lacatos. Em sua monografia, Carolina não parte do princípio que é impossível construir um conhecimento objetivo em economia. A conclusão afirma justamente o contrário. A posição filosófica exposta no trabalho é denominada “realismo crítico”, não “realismo político”.

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 9h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

## economistas

Órgão Oficial do  
CORECON - RJ E SINDECON - RJ  
ISSN 1519-7387

**Conselho Editorial:** Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rafael Vieira da Silva, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello.

**Editor:** Nilo Sérgio Gomes  
Correio eletrônico: imprensa@corecon-rj.org.br

**Reportagem:** Rebeca Ramos

**Ilustração:** Aliedo

**Caricaturista:** Cássio Loredano

**Diagramação e Finalização:**

Rossana Henriques (21) 2462-4885

**Fotolito e Impressão:** Tipológica

**Tiragem:** 13.000 exemplares

**Periodicidade:** Mensal

Correio eletrônico: seapo@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

### CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar  
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900  
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br  
internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** José Antônio Lutterbach Soares • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2005/07): Reinaldo Gonçalves, João Paulo de Almeida Magalhães, e Ruth Espinola Soriano de Mello. 2º terço (2003/05): Ceci Juruá, João Manoel Gonçalves Barbosa e Nelson Victor Le Coq d’Oliveira. 3º terço (2004/06): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares e Renata Leite Pinto do Nascimento • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005/07): Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Arthur Câmara Cardozo, Carlos Eduardo Frickman Young. 2º terço (2003/05): Gilberto Caputo Santos. 3º terço (2004/06): Gilberto Alcântara da Cruz, Jorge de Oliveira Camargo e Rogério da Silva Rocha • **Delegado Eleitor Efetivo:** José Antonio Lutterbach Soares • **Delegado Eleitor Suplente:** Paulo Sergio Souto

### SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609  
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000  
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192  
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

**Coordenador Geral:** Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Coq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

DESARMAMENTO: SIM OU NÃO? Antônio Rangel Bandeira\*

# Em defesa da vida

Este artigo e o próximo foram escritos, a convite do *JE*, por duas personalidades da sociedade civil que vêm se destacando na defesa de pontos de vista contrários, em relação ao referendo que acontecerá no próximo dia 23 de outubro. A intenção, obviamente, é contribuir com o debate.

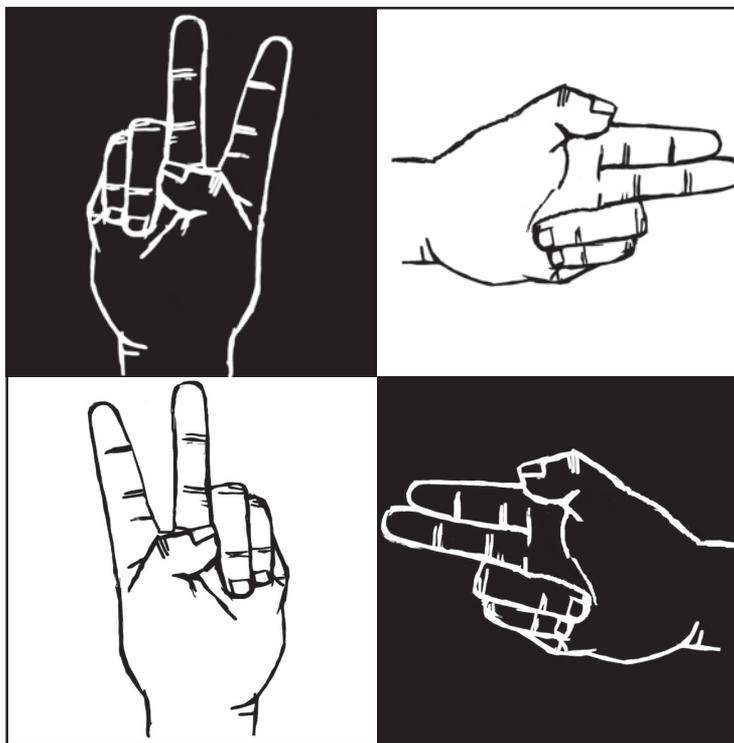
O desarmamento é uma iniciativa da sociedade. No Brasil ganhou força porque este é o país em que mais se mata e mais se morre por arma de fogo: 36 mil mortes por ano. O que há de errado conosco? Entre as várias causas, sobressai a da facilidade com que se obtém uma arma e a banalidade com que ela é usada.

Convivemos um Brasil moderno, que busca a reforma, e um país arcaico, machista, inocente útil nas mãos de interesses escusos da banda podre da polícia e da indústria bélica. Gente que fatura alto com o comércio legal e ilícito desses produtos, armando a bandidagem. Essa aliança sórdida luta contra a transparência e a informação científica, copia as táticas da Associação Norteamericana de Fuzis, manipulando o medo e jogando com a ignorância sobre o tema. Afirma que estamos “desarmando os homens de bem e deixando os bandidos armados”.

Ora, nossa campanha procura convencer o cidadão a se desarmar porque as pesquisas revelam que, nas grandes cidades, arma é instrumento de ataque, não de defesa, e dá apenas ilusão de segurança. O assaltante conta com o “efeito surpresa” e só na fantasia do cinema a vítima leva a melhor.

Se tivermos uma arma para

## sim? não?



autodefesa, ela estará municada e acessível. Isto é, pronta para ser roubada pelo assaltante, achada pelo filho ou neto do seu dono, pelo adolescente deprimido com ímpeto suicida, pelo marido enciumado e bêbado. 46% das mulheres brasileiras mortas por

arma de fogo foram assassinadas pelo seu parceiro íntimo.

### Bons de tiro, maus de história...

O Rio Grande do Sul, com o maior índice de armas registradas, é campeão nacional em suicídio

por arma de fogo. Mas persiste o equívoco de que o maior perigo vem da rua.

Em São Paulo, o latrocínio (assalto seguido de morte) representa 5% das mortes. No Rio de Janeiro, menos de 3%. Eles aparecem na mídia, mas a morte entre quatro paredes é silenciosa. Nos Estados Unidos, 85% das vítimas de arma de fogo conheciam seu agressor. O desarmamento civil visa reduzir essas mortes banais, que são a maioria. Não vai resolver sozinho o problema da violência armada, mas é medida essencial.

Outra coisa é “desarmar os bandidos”. Para isto votou-se o Estatuto do Desarmamento, aplaudido na ONU, e que prevê marcação de arma e munição, banco de dados e outras medidas que permitam o rastreamento desses produtos e a descoberta das quadrilhas que armam o crime. Os que dizem que devemos “é combater o crime”, tudo fizeram para impedir a aprovação dessa lei, em verdadeira cumplicidade com o banditismo. Na verdade, defendendo seus financiadores, a indústria bélica.

Ao invés de atacar, deveriam se somar a nós para pressionar o governo a botar em prática o Estatuto, que aumenta as penas para o tráfico ilegal de armas e proíbe o seu porte. A nova lei dá meios e obrigações para a polícia desarmar o crime. Busca desarmar

toda a sociedade, bandidos e pessoas de bem, pois o desarmamento civil também acaba afetando o crime: o preço do revólver 38 aumentou cinco vezes no mercado ilícito; as 450 mil armas já entregues baixaram em 8,2% as mortes por arma de fogo, salvando 3.234 vidas e reduzindo os feridos em 10,5%, no Rio, e em 7%, em SP.

Os gastos na aplicação do Estatuto do Desarmamento são um investimento que salva vidas e prende bandidos, melhor do que gastar com um modelo falido de polícia. É a única reforma na segurança pública que está dando certo e se quer desacreditar esse primeiro passo. Alegam que “só as ditaduras desarmam o povo”. Não é verdade. As ditaduras desarmam a oposição para proteger o governo. As democracias promovem o desarmamento civil para aumentar a segurança dos cidadãos. Se são bons de tiro, são maus de história.

A “doutrina Bush”, que reprimiu as “armas más” e glorificou as “armas boas”, esconde que 99%

das armas são legalmente fabricadas e se controladas não chegariam às mãos de criminosos. No Rio, 33% das armas apreendidas na ilegalidade tinham sido vendidas legalmente para gente de bem. Em 2003, foram roubadas ou desviadas no país 56 mil armas. Isto é, “bandido não compra arma em loja”. Quem compra é gente de bem, e os bandidos as tomam, agradecidos.

### Popularizar as informações

O direito à “legítima defesa” se baseia na proteção da vida. Quando os números revelam o massacre de mulheres e demonstram que quem reage a assalto armado tem 180 vezes mais chances de ser morto do que quem não reage, o uso de arma para defesa é um tiro pela culatra. O pai de família que se arma está aumentando o risco e não protegendo a família.

A Constituição atribui ao Estado a proteção dos cidadãos. Essa é a segurança republicana, que protege a todos e não apenas a quem pode pagar por seguran-

ça. Se a polícia é falha, temos que reformá-la e não armar de forma insensata a população. Policial a favor de civil armado revela sua própria incompetência. No Brasil, 90% das armas estão nas mãos de civis. Se armar fosse a solução, seríamos um país pacífico.

Dizem que “o problema são as armas estrangeiras”. Tenta-se ocultar o fato de que 77% das armas apreendidas na ilegalidade são brasileiras e 80% são pistolas e revólveres. É precaríssimo o controle sobre o comércio e transporte dessas armas. Este ano, a Polícia Federal apreendeu 2 milhões de munições que estavam sendo enviadas por um gerente da Rossi para o crime organizado em Pernambuco. Claro que devemos controlar as fronteiras, mas 80% do problema está aqui dentro.

Os que defendem as armas não gostam de estatísticas e só citam casos em que uma arma salvou uma vida. Mas políticas públicas não são feitas com exceções, e, sim, com a regra, e esta aponta para os benefícios do

desarmamento. Por temerem a difusão do conhecimento científico pelo debate, tudo fizeram para impedir a aprovação do referendo. Pois nosso esforço é o de popularizar as informações até aqui restritas aos centros de pesquisa.

Lancei agora o livro “*Armas de Fogo: Proteção ou Risco?*”, reunindo o que há de mais atualizado sobre os prós e contras no uso de armas. Está sendo vendido por preço de revista também nas bancas de jornal, para que chegue ao povo. Nele, desmistifico a indústria de armas pequenas, que emprega menos de 2 mil funcionários e responde por apenas 0,048% da indústria nacional. E defendo o referendo, que significa um aperfeiçoamento da democracia brasileira. Dizem que “vai ser caro”, quando custará pouco mais que os R\$ 140 milhões investidos com o tratamento de 20 mil feridos por arma de fogo, a cada ano.

Por essas razões, no referendo diga SIM à vida.

Contra a indústria da morte. ■

\* Sociólogo do Viva Rio

## PROGRAMAÇÃO DE CURSOS DO CORECON-RJ – NOVOS CURSOS

### ARGENTINA: QUESTÕES SOBRE ONTEM E HOJE.

Dias 18 - 22 e 25 de novembro, das 18h45 às 21h30.

**Professor: Andrés Ferrari Haines** (Doutorando em Economia e Desenvolvimento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestre em Economia pela UNICAMP. Dissertação “As reformas estruturais na Argentina dos anos 90”, orientado pela professora Monica Baer.)

### PREÇOS DO PETRÓLEO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E PERSPECTIVAS DE LONGO PRAZO

de 10 de novembro a 1º de dezembro/2005 - às quintas-feiras, das 18h45 às 21h30

**Professor Rafael Pertusier** – Mestre em economia pelo Instituto de Economia da UFRJ (Grupo de Energia) e graduado pela PUC-Rio. Trabalha na PETROBRAS na elaboração de estudos de longo prazo sobre o mercado de petróleo

### DERIVATIVOS E ENGENHARIA FINANCEIRA

Dias 9 - 10 - 16 - 17 - 23 - 24 - 30 de novembro e 8 de dezembro de 2005 – quartas e quintas-feiras)

**Professor Ivando Silva de Faria** – Doutorando em Economia pela UFF, Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal Fluminense, professor da UFF, da pós-graduação do IBMEC / FGV / UFF / UFRJ - Mercados de Derivativos Financeiros, Mercados Financeiros, Finanças Corporativas, Mercado de Capitais e Avaliação de Projetos de Investimento.

### CURSO DE MATEMÁTICA APLICADA À TEORIA ECONÔMICA

de 7 de novembro a 9 de dezembro de 2005 - segundas e sextas-feiras, de 18:45h às 21:30h

**Professor Carlos Maximiliano do Rêgo Monteiro** – Economista, Mestrando em Economia Empresarial – UCAM, Professor do MBA em Engenharia Econômica e Administração Industrial – UFRJ, Professor do Centro Universitário da Cidade

### ANÁLISE DE INVESTIMENTO

de 6 de outubro a 3 de novembro de 2005 – aulas às quintas-feiras – de 18h45 às 21h30

**Professor Eduardo de Sá Fortes** – Mestre em Economia Empresarial, UCAM – 2003.

As matrículas para o Curso de Aperfeiçoamento em Economia: preparatório para a ANPEC-2006 encontram-se abertas. Aproveite os descontos. Informe-se sobre outros cursos na página [www.economistas.org.br](http://www.economistas.org.br)

DESARMAMENTO: SIM OU NÃO? Wladimir Sérgio Reale\*

# O Estatuto e a ordem institucional

O texto a seguir foi escrito na forma de uma peça jurídica e achamos por bem mantê-lo nesta forma para os leitores, já que esta foi a escolha feita pelo autor para o artigo de defesa do “Não”, no referendo do próximo dia 23 de outubro

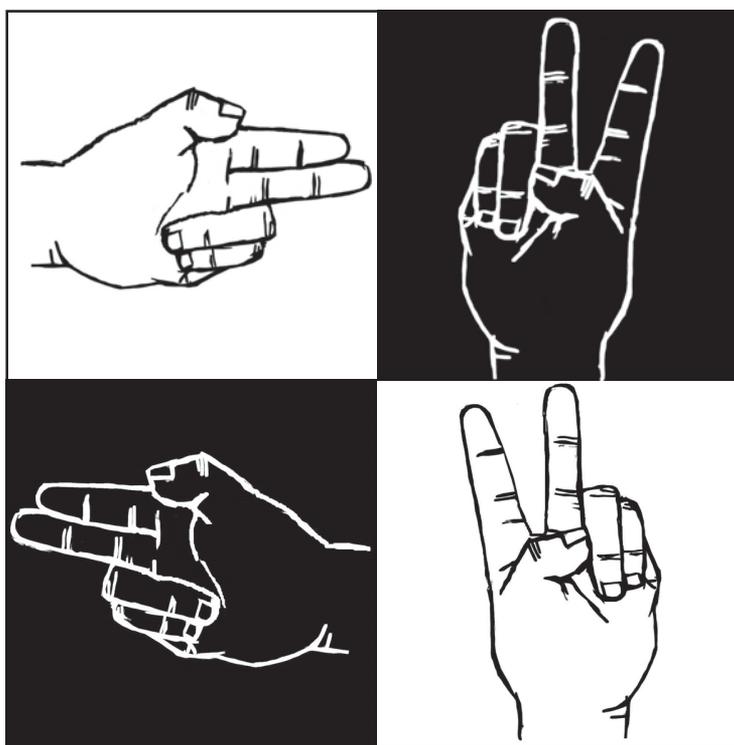
1. Preliminarmente, da inconstitucionalidade do art. 35 *caput* e parágrafos 1º e 2º. Violação dos artigos 5º, *caput*, I, XIII, XXII, XXXVI, LIV; 24, V, § 1º e 144, *caput*, todos da Constituição Federal.

1.1. O art. 35, *caput*, e os seus parágrafos 1º e 2º, referidos em destaque, têm a seguinte redação: “Art. 35 – É PROIBIDA A COMERCIALIZAÇÃO DE ARMA DE FOGO E MUNIÇÃO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, SALVO PARA AS ENTIDADES PREVISTAS NO ART. 6º DESTA LEI.

§ 1º - ESTE DISPOSITIVO, PARA ENTRAR EM VIGOR, DEPENDERÁ DE APROVAÇÃO MEDIANTE REFERENDO POPULAR, A SER REALIZADO EM OUTUBRO DE 2005.

1.2. Com efeito, verifica-se, de plano, a inconstitucionalidade da disposição contida no art. 35 e seus parágrafos da legislação citada:

1.2.1. A uma, porque se aprovada em referendo popular, a ser realizado em 23 de outubro de 2005, passa a ser proibida, a partir da data da publicação de seu resultado pelo Tribunal Superior Eleitoral (§2º), a comercialização de arma de fogo e munição no país. Todavia, ofende o direito do comerciante e dos industriais a vedação da venda das armas e munições diretamente aos cidadãos comuns, na medida em que, de



## não? sim?

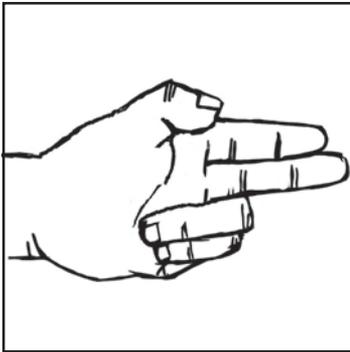
forma objetiva, está a impedir o exercício do comércio assegurado pela Constituição Federal, em seu art. 170, *caput* e seu parágrafo único. Assim, o comerciante e o industrial não podem mais entregar a arma e a munição ao comprador. Como consequência lógica,

nenhum cidadão poderá adquirir a propriedade desse bem móvel, ficando inviabilizada essa atividade mercantil lícita de armas de fogo. Essa medida, não é e nunca foi o meio adequado a produzir o resultado pretendido (garantia permanente de segurança indivi-

dual e coletiva, proteção do direito à vida, da incolumidade da pessoa e do seu patrimônio – C.F., art. 5º, *caput* c/c 144, *caput*), assim como nem atende à proporcionalidade em sentido estrito. Trata-se, na espécie, de direito básico garantido constitucionalmente aos brasileiros e aos estrangeiros residentes, à segurança, e à propriedade, e, consequentemente, à posse de armas e munições defensivas, nas condições e mediante as cautelas disciplinadas em lei, até porque não é capaz, o Estado, de garantir a segurança de todos todo tempo (e nunca foi em Estado algum, tanto que não se conhece sistema jurídico em que não se ache consagrado o direito à legítima defesa da pessoa e bens).

1.2.2. A duas, mantida a radical proibição da venda de armas de fogo e munições no país para os cidadãos, naturalmente a indústria e o comércio terão sérios prejuízos, na medida em que ficará inviabilizada essa atividade econômica lícita. Não há dúvida do que se está diante de clara inconstitucionalidade material (C.F., art. 5º, LIV), com ofensa também ao art. 5º, inciso XXII, da Constituição Federal, por ocorrência de grave afronta ao exercício normal do direito de propriedade.

1.2.3. A três, em hipótese símile, cujo ato normativo federal restringiu, de maneira tão radical que praticamente inviabilizou, no



# não?

período, a comercialização de armas de fogo, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADIn nº 2.290-3-DF, deferiu o pedido de medida liminar para suspender a eficácia do art. 6º, e seus incisos, da Medida Provisória nº 2.054-4, de 28 de setembro de 2000, pelo qual suspendia-se, até 31 de dezembro de 2000, o registro de arma de fogo a que refere o art. 3º da Lei nº 9.437, de 1997.

1.2.4. Finalmente, a quatro, em relação à inconstitucionalidade dos §§ 1º e 2º, do art. 35 (referendo popular), e do Decreto Legislativo nº 780/05, vale destacar o entendimento dado pelo Vice-Presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Flávio Bierrembach, ao considerar “um absurdo jurídico” a possível realização de um referendo em 23 de outubro próximo sobre a proibição de venda de armas de fogo e munição no Brasil. “O cidadão de bem tem o direito de possuir uma arma para se defender dos criminosos.”

Relator do projeto que convocou a Assembléia Nacional Constituinte, como deputado federal pelo antigo MDB de São Paulo, ele sustenta que “uma sociedade em

que apenas a polícia e os facínoras podem estar armados não é nem será uma sociedade democrática” (Estado de São Paulo/Cidades/Metrópole pág. C.3, 14.04.05). “Nenhum governo tem a prerrogativa de interferir na esfera privada do cidadão para transformar um direito em crime. Sobre tudo ao arripio da Constituição, dos direitos humanos, de usos e costumes milenares que asseguram a igualdade de todos perante a Lei, a incolumidade da pessoa, o sagrado direito de defesa e proteção da casa como abrigo inviolável do cidadão (Correio Braziliense, 28.02.02).”

Por sua vez, o Referendo (§ 1º, do art. 35), aprovado pelo Decreto Legislativo nº 780, de 07/07/2005 resultará, destarte, em uma despesa para os cofres do Tesouro Nacional de aproximadamente R\$ 600 milhões, ou seja, o custo de uma eleição. Essa substanciosa verba poderia ser utilizada na defesa do cidadão, pela Secretaria Nacional de



# sim?

Segurança Pública, sempre carente de recursos, como é notório. No Estado Democrático de Direito, como no Brasil, a paz social deve ser mantida como garantia constitucional. A segurança pública é dever do Estado e res-

ponsabilidade de todos (C.F., art. 144). Os cidadãos, portanto, não podem depender, exclusivamente, do Estado, para que possam ter acesso às armas e munições para o exercício de sua legítima defesa pessoal e de terceiros, desde que cumpram fielmente o que se contém na Portaria 036, de 1999, do Chefe do Departamento de Material Bélico do Comando do Exército, que dispõe sobre as “normas que regulam o comércio de armas e munições”. Uma eventual proibição radical de aquisição de armas e munições diretamente no comércio e indústria para os cidadãos de bem, afronta o princípio da razoabilidade violando, em conseqüência, o devido processo legal que é amparado pelo art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal.

VOTE Nº 1 – NÃO. ■

\* Presidente da Associação dos Delegados de Polícia (Adepol), advogado, com exercício no STF.



## Editora Manole

**Economistas têm  
15% de desconto**



**A Sociedade e a Economia no Novo Milênio - Os Empregos e as Empresas no Turbulento Alvorecer do Séc. XXI - Livro 1 - A Tecnologia e a Infossociedade**  
Zuffo, João Antônio  
ISBN: 85-204-1535-0  
R\$ 54,00



**A Sociedade e a Economia no Novo Milênio - Os Empregos e as Empresas no Turbulento Alvorecer do Séc. XXI - Livro 2 - Macroeconomia e Empregos**  
Zuffo, João Antônio  
ISBN: 85-204-1633-0  
R\$ 48,00



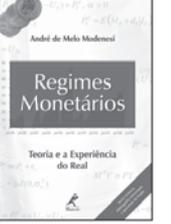
**A Sociedade e a Economia no Novo Milênio - Os Empregos e as Empresas no Turbulento Alvorecer do Séc. XXI - Livro 3 - A Infoeconomia**  
Zuffo, João Antônio  
ISBN: 85-204-1743-4  
R\$ 59,00



**Projeto de Investimento - Com Estudo de Caso Completo na Área de Serviços (inclui CD-ROM)**  
Rebelatto, Daisy  
ISBN: 85-204-1560-1  
R\$ 74,00



**Comunicação Empresarial - Teoria e Pesquisa**  
Wilson da Costa Bueno  
ISBN: 85-204-1482-6  
R\$ 48,00



**Regimes Monetários - Teoria e Experiência do Real**  
André de Melo  
ISBN: 85-204-2128-8  
R\$ 58,00



**Noções de Macroeconomia**  
Razões Teóricas para as Divergências entre os Economistas  
Amado, Adriana / Mollo, Maria de Lourdes Rolemberg  
ISBN: 85-204-1662-4  
R\$ 39,00



**Macroeconomia do Emprego e da Renda - Keynes e o Keynesianismo**  
Lima, Gilberto Tadeu / Sicsú, João  
ISBN: 85-204-1679-9  
R\$ 66,00

Conheça outros títulos: [www.manole.com.br](http://www.manole.com.br) / Vendas: (11) 4196-6000

ENTREVISTA João Paulo de Almeida Magalhães – Personalidade Econômica do Ano



**E**leito pelo Conselho Federal de Economia como a “Personalidade Econômica do Ano”, o professor João Paulo de Almeida de Magalhães lança, em outubro, seu novo livro: “Nova estratégia de desenvolvimento para o Brasil – um enfoque de longo prazo”, pela editora Paz e Terra. Defensor do desenvolvimento e da soberania nacional, ele dizia, no início de 2003, em entrevista a este mesmo *JE*, de suas expectativas em relação ao Governo Lula e as medidas na economia que, em seu ponto de vista, eram necessárias. Escolhido o economista do ano pelas suas contribuições no cenário das Ciências Econômicas, João Paulo fala ao *JE*, dois anos e meio depois daquela entrevista: “O país mantém, surpreendentemente, dois anos e meio depois da posse de Lula, o mesmo modelo neoliberal que levou o Brasil (e toda América Latina) a 26 anos de semi-estagnação”. A premiação será entregue durante o XVI Congresso Brasileiro de Economistas, no início de outubro, em Florianópolis.

## Não há porque ser **pessimista** com o Brasil

O professor da UFRJ foi eleito pelo Cofecon **Personalidade Econômica do Ano**. A escolha foi feita após ampla participação dos Conselhos Regionais de Economia que, em sua maioria, o indicaram pelo mérito de sua obra em favor das Ciências Econômicas e do desenvolvimento do país.

Ele receberá a condecoração no XVI Congresso Brasileiro de Economistas, em Florianópolis (SC), de 4 e 7 de outubro. A premiação foi instituída pelo Cofecon, em 2004, para homenagear o profissional que mais se destacou no cenário das Ciências Econômicas em nível nacional.

**JE** – Em entrevista a este *JE*, em fevereiro de 2003, o senhor apontou a expectativa que havia, então, em relação a vir a ocorrer uma transição na política econômica do Governo Lula. Como o senhor avalia hoje, dois anos e meio depois?

**João Paulo de A. Magalhães** – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito com base nas duras críticas que fazia à política econômica em curso no país. Como, todavia, os grupos conservadores no Brasil e a mídia internacional criaram a expectativa de que ele iria adotar medidas radicais e economicamente irresponsáveis ele agiu corretamente ao adotar, na fase inicial do seu mandato, postura de prudência que significava manter as práticas econômicas do seu antecessor. Todo seu discurso de campanha levava a crer que essa era manobra tática de curta duração. Infelizmente, não foi o que aconteceu. O país mantém assim, surpreendentemente, dois anos e meio depois da posse de Lula, o mesmo modelo neoliberal que levou o Brasil (e toda América Latina) a 26 anos de semi-estagnação.

**JE** – Naquela entrevista, o senhor falou que o país não suportaria uma nova década perdida e traçou um quadro macroeconômico grave (dívida interna

equivalente a 60% do PIB, juros altíssimos e necessidade da criação de 1,5 milhão de empregos por ano). Mudou alguma coisa neste quadro?

**João Paulo** – O pior é que estamos caminhando a largos passos para essa nova década perdida. Ela só será evitada se o próximo governo adotar estratégia econômica corajosamente desenvolvimentista, o que significa não poder o próximo presidente da República ser o atual nem qualquer outro ligado ao governo do seu antecessor.

Os cálculos mais otimistas afirmam que, apenas para absorver a mão de obra nova que se apresenta anualmente ao mercado (algo em torno a 1,5 milhão de trabalhadores) o PIB deve estar se expandindo na média de 4% ao ano. Nos últimos vinte cinco anos, o incremento do PIB brasileiro foi de pouco mais da metade dessa percentagem. Como o atual governo manteve a mesma política neoliberal essa situação não deve ser alterada. Cálculo elementar mostra que nas últimas duas décadas e meia acumulamos, no Brasil, 8,5 milhões de desempregados, subempregados e ocupados no setor informal. E esse número está se elevando em cerca de 700 mil por ano. Tal fato, enquanto se reflete no aumento da população de rua, na elevada

criminalidade e crescente insatisfação social de nossas grandes metrópoles, está nos conduzindo rapidamente ao caos econômico e social. Que só será evitado se o próximo presidente da República se dispuser a adotar no país estratégia econômica radicalmente diferente da atual.

**JE** – *O comentário mais comum, hoje, é que “a economia não está contaminada pela crise política” – haveria uma “blindagem” – e ela própria, a economia, poderá ser o principal cacife para uma possível reeleição de Lula? O que o senhor acha?*

**João Paulo** – A crise política realmente não afetou a economia, no sentido de que o saldo da balança comercial permanece elevado, a dívida interna continua sob controle, através da manutenção do superávit primário, e a inflação não tem qualquer tendência a se acelerar. Colocar esses fatos como favorecendo eventual reeleição de Lula só se explica pela miopia “curto prazista” que vem afetando a mídia e alguns analistas menos atilados. O Governo Lula será julgado em função de sua incapacidade de oferecer ao país o que ele mesmo anunciou como o “espetáculo do desenvolvimento”. Este exigiria que o Brasil voltasse a crescer a 7% ao ano, conforme ocorreu nas três décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial e como vem acontecendo, há pelo menos uma década, na China e Índia, países cujas condições em termos de desenvolvimento são bem menos favoráveis que as nossas.

**JE** – *Que avaliação faz da crise moral, ética e política do Governo Lula?*

**João Paulo** – Não estou muito certo de que estejamos diante de crise ética e moral. Participo da posição de alguns analistas segundo os quais problemas como o caixa dois e o mensalão fazem parte de esquema de poder pelo qual o chamado Grupo Majoritário do PT (ignorando os elevados propósitos que comandaram a criação do partido) tentou se perpetuar no comando do país. Para reeleger Lula e, a partir das próximas eleições, controlar o Legislativo, através de uma grande bancada, imensos recursos financeiros se faziam necessários. Para consegui-los todos os meios foram considerados legítimos. Se alguns fundos foram desviados em proveito próprio, tal me parece um aspecto secundário.



O Governo Lula será julgado em função de sua incapacidade de oferecer ao país o que ele mesmo anunciou como o “espetáculo do desenvolvimento”. Este exigiria que o Brasil voltasse a crescer 7% ao ano

**JE** – *Em sua avaliação, quais as principais questões que irão nortear o processo político em curso, cujo desaguadouro são as eleições de outubro do ano que vem? Quais as questões econômicas que, a seu ver, serão dominantes nas próximas eleições?*

**João Paulo** – Não vou tentar prever as questões que “serão” dominantes nas próximas eleições, mas enunciar simplesmente os temas que, a meu ver, “deveriam” ser dominantes. A economia brasileira foi, nos últimos 25 anos, submetida à visão neoliberal codificada, em 1990, no chamado Consenso de Washington. O debate nas próximas eleições deveria girar em torno do modelo (ou estratégia) alternativo a ser colocado em lugar do neoliberal. O que temos visto nos últimos anos são críticas tópicas a determinados aspectos da política econômica em curso no país. Ora, a melhor metodologia científica

mostra que uma estratégia errada não é abandonada em função de críticas (ainda que bem fundadas e pertinentes) a ela feita, mas apenas através do oferecimento de estratégia alternativa que a substitua com vantagem. O Brasil registrou historicamente estratégia (ou modelo) primária exportadora, de substituição de importações e tenta, presentemente, sem grande sucesso, estratégia de integração competitiva no mercado mundial. O que se propõe para substituí-la? Até agora nada, o que autoriza o governo afirmar que críticas são feitas sem que sejam oferecidas alternativas. Não estou afirmando que, em termos estritamente acadêmicos, inexistam propostas de estratégias alternativas. O Instituto da Cidadania, ligado ao PT (inclusive presidido à época por Lula), propôs a criação da “sociedade de consumo de massas”, ou seja, uma estratégia baseada no mercado interno. A par dessa, outra corrente defendeu, com base na experiência bem sucedida de países asiáticos, modelo de integração “ativa” no mercado mundial em que o Estado teria papel fundamental. O que espero é que, contrariamente ao até agora observado, sugestões como essas, traduzindo estratégias alternativas, sejam colocadas no centro do debate eleitoral.

**JE** – *O senhor acredita que esteja ocorrendo alguma mudança nas relações internacionais, face mesmo ao papel que países como Brasil, Rússia, Índia e China (o chamado “Bric”) venham desempenhando em organismos como a OMC e as Nações Unidas, ou ainda pelas ações de independência política e soberania que têm marcado governos da América do Sul, como a Argentina e a Venezuela?*

**João Paulo** – A pergunta é interessante porque nas relações econômicas externas o atual Governo registrou o único ponto em que sua ação correspondeu às promessas de campanha. O Governo Lula esvaziou a Alca, liderou os países subdesenvolvidos na reunião da OMC em Cancun, se lançou em política de fortalecimento do Mercosul e definiu as bases de uma integração econômica da América do Sul (a Alcsa). E nesse caso contou com apoio decidido da Venezuela. Quanto aos quatro países de dimensão continental referidos na pergunta, verifica-se a existência de importante diálogo entre eles no âmbito do qual procuram definir seus interesses comuns e

determinar a maneira de defendê-los. No meu livro “Nova estratégia de desenvolvimento para o Brasil – um enfoque de longo prazo”, a ser proximamente publicado pela editora Paz e Terra – vou além, propondo política de desenvolvimento conjunto das nações retardatárias, liderada pela China, Índia, Rússia e Brasil e dentro de novo modelo de globalização.

**JE** – O senhor acaba de ser agraciado com a escolha pelo Conselho Federal de Economia de “Personalidade Econômica do Ano”. É difícil ou não ser economista em um país como o Brasil?

**João Paulo** – O problema atual do economista, no Brasil, se acha na dificuldade de ser ouvido, em consequência do “pensamento único” que parece dominar a “mídia” do país. Assim, os economistas brasileiros individualmente ou através dos seus órgãos representativos, como o Cofecon e o sistema Corecons, têm denunciado sem a merecida repercussão na imprensa anomalias econômicas, como os altíssimos juros praticados no país sob o alto patrocínio do Banco Central, e a substituição das metas do desenvolvimento por metas de inflação. A barreira do silêncio dos meios de comunicação só é rompida quando um laureado do Prêmio Nobel, como Stiglitz, consegue manchete na seção de economia dos jornais para condenar o que estamos repetidamente denunciando. Em artigo meu, recentemente publicado, cito especialistas em Economia do Desenvolvimento que alegam ser pacífica na disciplina a tese de que, em países subdesenvolvidos, inflação moderada e sob controle é favorável ao crescimento. E, apesar disso, temos aqui o senhor Palocci tentando impor ao país inflação zero ou do nível existente nos países da OCDE e, em função disso, estabelecendo juros absolutamente impeditivos da retomada do desenvolvimento. A esperança é que, em futuro próximo, um ou mais candidatos à Presidência da República assumam posição desenvolvimentista apresentando teses como as acima, que a mídia não poderá ignorar.

**JE** – O que o senhor gostaria de dizer aos (mais) jovens?

**João Paulo** – Pesquisa recente do Ipea-Cepal, envolvendo economistas do melhor nível nacional, mostrou o absoluto predomínio da visão “curto prazista” em detrimento da visão de longo prazo absolutamente indispensável à definição de políticas de desenvolvimento. Esse constitui grave erro que deve ser corrigido. Myrdal, um dos ganhadores do prêmio Nobel de Economia por seus trabalhos sobre o desenvolvimento, exprimiu sua preocupação com o fato de os jovens economistas das nações retardatárias estarem contribuindo pouco para a definição dos meios e modos de superar o atraso econômico. Se tivesse que dar conselho aos economistas mais jovens lhes sublinharia a importância da visão de longo prazo e, sobretudo, da chamada “Economia do Desenvolvimento”, que recentemente vem

experimentando importante renascimento e para a qual deveriam oferecer suas contribuições. Eu os alertaria igualmente contra a excessiva ênfase recente sobre os aspectos institucionais do desenvolvimento, através da qual se tenta recuperar o neoliberalismo no contexto do que se vem chamando de Consenso de Washington Ampliado.

**JE** – O senhor tem alguma opinião formada sobre a reforma universitária proposta pelo governo?

**João Paulo** – Eu não participei, mas apenas acompanhei os debates. Sublinho, porém, que me pareceu absurda a proposta de reduzir para três anos o curso de Economia. Os importantes progressos que vêm registrando recentemente a disciplina aconselhariam, pelo contrário, a aumentar em um ano a duração do curso.

**JE** – Que outras questões o professor gostaria de abordar e que aqui não foram citadas?

**João Paulo** – É possível que o leitor das respostas anteriores tenha a impressão de um viés pessimista de minha parte com respeito à economia brasileira. Essa impressão não é inteiramente verdadeira. Explico porque. A moderna Economia do Desenvolvimento considera a disponibilidade de mercado como a condicionante principal do sucesso das políticas de desenvolvimento. E não apenas isso. Papel de especial relevo é concedido ao mercado interno. Ora, países de dimensão continental dispõem de grande mercado interno e, portanto, de condições particularmente favoráveis para atingirem o pleno desenvolvimento. Assim, análises atuais extrapolando para o futuro os bons resultados recentes da China e da Índia afirmam que o primeiro alcançará, em 2013, a posição de maior potência econômica do mundo, em termos de PIB global. E a Índia, já em 2007, alcançará o terceiro lugar. Ou seja, as três maiores potências econômicas do mundo serão China, Estados Unidos e Índia. Isso não apenas sinaliza o que o Brasil poderá obter no futuro, como aumenta a aceitabilidade e viabilidade de políticas conjuntas de desenvolvimento nos moldes supra-referidos. Portanto, de uma perspectiva de prazo mais longo, não há porque ser pessimista com relação ao Brasil. ■



A melhor metodologia científica mostra que uma estratégia errada não é abandonada em função de críticas (ainda que bem fundadas e pertinentes) a ela feita, mas apenas através do oferecimento de estratégia alternativa que a substitua com vantagem

TARIFAS PÚBLICAS André de Melo Modenesi<sup>1</sup> e Rui Lyrio Modenesi<sup>2</sup>

# Desindexar é preciso

A indexação de preços voltou a ser um problema relevante no Brasil, constituindo fator de ineficácia da política monetária como instrumento de controle da inflação. O que redundava em limitação ao crescimento da economia e em ameaça à manutenção do equilíbrio das contas públicas.



**H**á dois serviços públicos de vital importância econômica, isto é, utilizados na produção de quase todos os bens e serviços, que atualmente têm suas tarifas reajustadas pelo Índice Geral de Preços (IGP), da Fundação Getúlio Vargas: energia elétrica e telefonia.

Com a privatização do setor de energia elétrica, após 1995, os reajustes das tarifas passam a ser definidos com base nos contratos firmados entre as distribuidoras e a Agência Nacional de Energia Elétrica. Em regra, foi acordado reajuste anual em datas diferentes, no aniversário da celebração dos contratos. Estes prevêem a ocorrência de revisões que visem à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro das empresas.

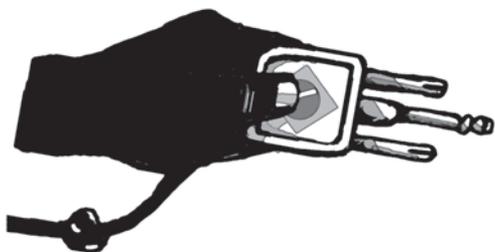
Os reajustes das tarifas se dividem em dois componentes: i)

custos externos à empresa, aqueles fora de seu controle, como o da compra de energia das geradoras e os impostos indiretos. A variação desses custos é repassada direta e integralmente para as tarifas; e ii) custos internos, como despesa com pessoal, serviços, materiais etc. Esta parcela é corrigida pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

Igualmente, com a privatização das telecomunicações a partir de 2000, as tarifas máximas do setor passaram, a ser fixadas

pela Agência Nacional de Telecomunicações. Nos contratos de concessão são previstos reajustes para as tarifas referentes à habilitação, assinatura básica e pulso telefônico que, no todo, não podem ultrapassar a variação do Índice Geral de Preços no conceito de Disponibilidade Interna (IGP-DI) do período em questão. Por fim, se aplica a chamada *regra do fator X*, que representa o aumento de produtividade da empresa a ser abatido do reajuste da tarifa, para que o consumidor se beneficie dos ganhos de efi-

Com a privatização do setor de energia elétrica, após 1995, os reajustes das tarifas passam a ser definidos com base nos contratos firmados entre as distribuidoras e a Agência Nacional de Energia Elétrica



ciência obtidos pela prestadora do serviço.

Assim, o preço de dois dos principais serviços públicos passou a ser formalmente indexado a índices gerais de preço (IGP-M e IGP-DI); isso determinou um aumento do peso do componente inercial da inflação brasileira.

### Desempenho medíocre

Trata-se de um grave retrocesso, à luz da história econômica recente do país. Com efeito, a partir de 1986 a política econômica no Brasil se reduziu a uma sucessão de malogradas tentativas de erradicação da inércia inflacionária: planos Cruzado (1986), Bresser (1987), *feijão com arroz* (1988), Verão (1989), Collor (1990) e Collor II (1991). A inflação inercial só foi controlada quase uma década depois, com o Plano Real em 1994. Este se fundamentou na idéia de que a erradicação da inércia inflacionária era condição *sine qua non* para o sucesso da estabilização em uma economia plenamente indexada, como era a brasileira.

Com a reindexação da economia pós-Plano Real foi reintroduzido um piso para a inflação, abaixo do qual ela dificilmente se reduzirá. Como a experiência brasileira já revelou, a política monetária é ineficaz no combate à inflação inercial.

Em uma economia indexada, a estabilidade de preços não depende só do banco central. Impõe-se o emprego dos instrumentos tradicionais de política monetária, devidamente com-

binado com medidas que reduzem a inércia inflacionária.

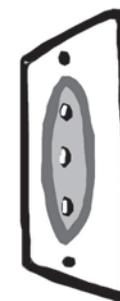
Além das tarifas de energia elétrica e de telecomunicações, existe uma gama de preços determinados pelas três esferas de governo e que, portanto, “variavam independentemente das condições vigentes de oferta e demanda” (BCB, Relatório Anual, 1999, p.102), tornando-se insensíveis à taxa de juros. O conjunto desses preços remonta a 30% da composição do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), utilizado como referência para a definição das metas de inflação pelo Conselho

Monetário Nacional.

A insensibilidade dos preços administrados à taxa de juros, aliada ao fato de que a taxa de crescimento desses preços tem se mostrado, sistemática e consideravelmente superior à inflação dos preços livres, tem consequências bastante perversas. Entre 1995-2003, os preços dos administrados subiram 263%, ao passo que o aumento do IPCA foi de apenas 119%.

Para que a meta de inflação possa ser cumprida, é preciso que os preços livres, determinados pela oferta e demanda, sejam excessivamente represados para

Devido à alta participação dos preços administrados na composição do IPCA é preciso elevar excessivamente a taxa de juros para reduzir a demanda agregada, com vistas a controlar a inflação



compensar a pressão direta e indireta exercida pelos preços administrados sobre o IPCA.

A taxa Selic deve ser fixada em níveis demasiadamente elevados para manter a demanda agregada reprimida o bastante para que se possa cumprir a meta de inflação. Dada uma meta, a presença de preços administrados faz com que a Selic deva ser mantida em nível superior àquele que seria necessário, se todos os preços fossem livres. Essa também é a conclusão de um estudo do próprio Banco Central do Brasil (BC): “a política monetária poderia ter sido consideravelmente mais amena, caso os preços administrados apresentassem um comportamento semelhante ao dos preços livres” (Figueiredo e Ferreira, *Trabalhos para Discussão* do BCB, n° 59, p. 26).

Devido à alta participação dos preços administrados na composição do IPCA é preciso elevar excessivamente a taxa de juros para reduzir a demanda agregada, com vistas a controlar a inflação. Isto amplia o custo do combate inflacionário, materializado na redução da taxa de crescimento econômico e na elevação do desemprego. Daí o desempenho medíocre da economia brasileira: a taxa média de crescimento do PIB, entre os anos de 1999 e 2003, foi de apenas 1,7% a.a. Além disso, a manutenção da Selic em níveis muito altos compromete as contas públicas, visto que parcela significativa da dívida líquida do setor público é indexada àquela taxa. ■

**Economistas registrados  
tem 20% de desconto!**



**EDITORIA  
INSULAR**

Av. Júlio Moura, 71 - Centro  
CEP 88020-150 - Florianópolis/SC  
Fone/fax: 0 xx 48 3223-3428

editora@insular.com.br - www.insular.com.br

1 Pesquisador do IE/UFRJ e autor do livro “Regimes Monetários: teoria e a experiência do real” (Manole, 2005).

2 Economista do BNDES.

XV PRÊMIO DE MONOGRAFIA Felipe Silveira Marques\*

## Compras Governamentais

# É preciso aumentar a eficiência

O artigo a seguir tem por base a monografia do autor – Uma visão institucional do sistema de compras governamentais do Brasil e EUA –, primeiro lugar no Prêmio de Monografia Celso Furtado, promovido pelo Corecon-RJ.



O tema das compras governamentais, embora importante para o desenvolvimento econômico e mesmo para a estabilidade política do país (como revelam os acontecimentos recentes), é muito pouco estudado pelos economistas. Em relação ao desenvolvimento, o aumento da eficiência nas aquisições libera recursos orçamentários para uso em outros fins, além das compras poderem incentivar cadeias produtivas específicas.

Apesar disto, o sítio EconPapers (<http://econpapers.repec.org>) possui apenas 62 estudos sobre o tema, o que representa somente 0,02% do total de trabalhos de seu acervo (mais de 320 mil). Flutuações do nível de atividade e ciclos, por exemplo, conta com mais de mil trabalhos. No sítio JSTOR ([www.jstor.org](http://www.jstor.org)), que reúne os artigos publicados nos principais jornais acadêmicos internacionais, somente 35 trabalhos continham a palavra “procurement” (compras) em seus títulos ou resumos.

A pouca atenção que os economistas dispensam ao tema é surpreendente, dado o montante do gasto público destinado a compras. Um estudo da OCDE em 1998 estimou o gasto mundial com compras em US\$ 2,6 trilhões (8,7% do PIB mundial), o que representou 46% do gasto público. No Brasil, as compras dos três níveis de governo chegaram em 2002 a R\$ 103 bilhões. Uma simples redução de 5% no preço dos bens e serviços pouparia aos governos cerca de R\$

5 bilhões, quantia equivalente a todo o orçamento do Bolsa-Família em 2003.

Novas questões reforçam a necessidade de um estudo sistemático sobre o tema. A partir da Conferência de Cingapura, em 1996, as compras governamentais passaram a fazer parte da agenda de liberalização comercial, o que as coloca como tema de economia internacional. Com isso, o exame das políticas e práticas nas compras governamentais se torna ainda mais importante. Quando países assinam acordos de livre-comércio que envolvem esta área, a legislação nacional fica submetida à disciplina multilateral, o que torna mais difícil modificá-la. Uma segunda grande questão é a redução de gastos administrativos e ampliação da concorrência conseguida com a internet e outras novas tecnologias introduzidas nas formas como os governos realizam suas compras.

A monografia analisou as normas e procedimentos nas compras governamentais de Brasil e EUA, utilizando como referência teórica o modelo Estrutura-Condução-Desempenho (E-C-D). Examinando se as mesmas apresentam diferenças significativas entre os dois países e as implicações destas sobre a concorrência no mercado de aquisições governamentais.

### Compras nos EUA e no Brasil

Os dois países optaram por paradigmas opostos no que diz respeito às estratégias para realizar suas compras. Os EUA escolhem privilegiar a produção nacional, principalmente as pequenas e médias empresas (PMEs). Assim, esforçam-se por reduzir os entraves às firmas que pretendem fornecer ao governo (barreiras à entrada) e admitem margens de preferência para os bens e serviços nacionais. O Brasil opta por estabelecer uma concorrência ampla e aberta, onde não importa a nacionalidade ou tamanho da firma, com procedimentos complexos visando inibir a corrupção. Logo,

EUA e Brasil optaram por paradigmas opostos no que diz respeito às estratégias para realizar suas compras. Os EUA privilegiam a produção nacional e as pequenas e médias empresas. O Brasil estabelece uma concorrência ampla e aberta, não importa a nacionalidade ou tamanho da firma, com procedimentos complexos para inibir a corrupção

acaba por estabelecer poucas medidas de incentivo às firmas para que participem das concorrências governamentais. Estas diferenças levam a resultados diversos em relação à concorrência no mercado que atenderá as compras governamentais. Nos EUA, há grande participação de PMEs (respondem por cerca de 20% do valor das compras) e pouca participação de fornecedores estrangeiros (não chegam a 5% do valor total). No Brasil, cerca de 50% do valor das compras são feitos sem licitação.

O estudo da experiência estadunidense é também estratégico para o Brasil, pois os dois países vêm negociando a ALCA e as compras governamentais são um dos assuntos em pauta. Além disso, os EUA são signatários de uma série de acordos comerciais sobre o tema, tanto em nível regional (como o NAFTA), quanto no âmbito da OMC, e ainda assim fazem o direcionamento das compras para a produção nacional de PMEs. Isto ocorre porque os acordos são limitados por dispositivos em sua legislação nacional; estes dificultam a negociação e podem diminuir os benefícios de um acordo do tipo com o país.

As características gerais do modelo E-C-D são pertinentes ao estudo das compras públicas em dois sentidos: (i) o governo fixa grande parte das condições básicas necessárias para as firmas que desejam concorrer em suas compras, como requisitos legais e necessidade de experiência anterior. Assim, afeta o número de potenciais fornecedores (estrutura). A diminuição do número de competidores gera um ambiente menos competitivo (conduta), o que tende a elevar os custos para o governo (desempenho); (ii) o governo, ao fixar seus critérios de julgamento das propostas das firmas (desempenho) e criar os mecanismos que influirão sobre suas estratégias (conduta), altera o número de firmas que poderia atender às suas compras (estrutura). A versão do modelo utilizada é de Scherer e Ross (1990)<sup>1</sup>, que apontaram para efeitos de *feedback* nas relações causais presentes no modelo seminal de Mason (1939)<sup>2</sup> e introduziram novas variáveis ligadas à política pública.

No Brasil, há um incentivo para que gestores de compras façam requisições mais específicas,

pois se houver somente um fornecedor a aquisição será feita de forma mais simples (dispensa ou inexigibilidade de licitação). Entretanto, não fazer licitação quando poderia haver muitos concorrentes é um erro estratégico que pode custar caro aos cofres públicos. Por exemplo, na compra de quantidade semelhante de veículos pelas Secretarias de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, a primeira dispensou a licitação e pagou cerca de R\$ 2 milhões a mais que a segunda, que realizou um pregão.

Outra diferença básica está em como o Estado fixa critérios de desempenho nas licitações. Nos EUA, estabelecem-se múltiplos critérios de desempenho, usando suas compras para atingir objetivos das políticas públicas que contemplam, entre outros, aspectos sociais e de desenvolvimento local. Assim, uma das preocupações é a participação das PMEs nas

**Faz-se necessário tratar as compras como política pública, com a criação de indicadores capazes de avaliar a eficiência, eficácia e efetividade das ações, e não apenas a mera observância dos aspectos legais**

licitações, o que acaba por incentivar a concorrência. No Brasil, o objetivo é combater a corrupção e obter máxima concorrência, o que, no entanto, é feito por meio de procedimentos complexos, que por vezes desestimulam a participação de firmas nas licitações. A preocupação com a participação das PMEs incentiva que o responsável pela licitação fixe condições básicas adequadas, aceitando bens substitutos e não fazendo requisições desnecessárias, como capital mínimo.

O governo dos EUA incentiva a subcontratação de PMEs e qualquer outro mecanismo pode ser encorajado por meio de sua legislação, bastando introduzi-lo como fator

extrapreço a ser considerado na licitação. No Brasil, apenas investimentos em pesquisa e desenvolvimento podem ser incentivados por meio da valorização da técnica. Isto acontece para os bens e serviços de informática, único setor em que a produção nacional é privilegiada. Os outros casos em que esta pode ocorrer são limitados por lei.

Políticas públicas que acompanhem a eficiência, eficácia e efetividade das compras são de grande valia para o aumento da competição nas compras públicas. Os diversos órgãos da administração brasileira, por exemplo, não podem agregar suas demandas de forma a se aproveitar de ganhos de escala que os possibilitariam obter preços mais baixos nas aquisições. O governo federal dos EUA faz este acompanhamento por meio do Escritório Federal de Políticas de Compra (OFPP, na sigla em inglês), que coordena seu sistema de compra e atua mesmo antes do lançamento de editais. No Brasil, não há um órgão coordenador semelhante, o que dificulta a execução de políticas e a racionalização de processos. Os únicos controles são feitos pelos Tribunais de Contas e pelo Ministério Público, geralmente muito tempo após a realização das licitações.

Uma importante recomendação derivada das conclusões do estudo é a de que o governo brasileiro deveria se esforçar para aumentar o número de seus potenciais fornecedores nas mais diversas licitações, através da fixação de condições básicas adequadas no mercado relevante (aceitar produtos bons substitutos, evitar o estabelecimento de restrições legais excessivas etc) e simplificação de procedimentos que reduzam as barreiras à entrada. Para isto, faz-se necessário tratar as compras como política pública, com a criação de indicadores capazes de avaliar o resultado destas ações, e não apenas a mera observância dos aspectos legais.

Assim, percebe-se que o governo brasileiro tem uma ampla agenda para incentivar a concorrência em suas compras e, com isso, melhorar sua eficiência. Esta agenda, pela atual conjuntura política e de negociações internacionais, deveria ser acelerada, pois pode ajudar no combate à corrupção e ser prejudicada por acordos comerciais que envolvam o tema. ■

\* Economista, mestrando do IE da UFRJ. A íntegra da monografia (Marques, F. "Uma visão institucional do sistema de compras governamentais de Brasil e EUA"), pode ser encontrada na biblioteca do IE. Minha dissertação de mestrado analisará as contribuições de três paradigmas de concorrência – neoclássico, estrutural e institucional – para o aumento da competição nas compras do governo. Correio do autor: fsmarques@ufrj.br que obteve o 1º lugar em concurso promovido pelo CORECON-RJ.

1 SCHERER, F.; ROSS, D. Industrial market structure and economic performance. Houghton Mifflin, 1990.

2 MASON, E. Price Production Policies of Large-scale Enterprise. AER, v 29, n 1, 1939.

# É FÁCIL DECORAR. É FÁCIL REFORMAR.

O Banrisul financia para você.



\* Crédito sujeito a aprovação.

## Financiamento Construção & Decoração

Para construir, reformar ou decorar sua casa ou escritório, conte com o Banrisul. Faça um orçamento em qualquer estabelecimento comercial, apresente-o em sua agência e o Banrisul financia\* com prazo alongado e parcelas fixas, incluindo as despesas com a mão-de-obra. Dessa forma, o lojista recebe à vista e você pode negociar um desconto.

[www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br)

**banrisul**  
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

 **Governo do  
Rio Grande do Sul**  
ESTADO QUE TRABALHA UNIDO

## FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO

# Câmara aprova propostas do FPO

**A** Câmara Municipal não só aprovou várias sugestões do Fórum Popular de Orçamento (FPO-RJ), encaminhadas por um conjunto de vereadores de diversos partidos, como também, dignamente, derrubou o que foi vetado pelo prefeito Cesar Maia. Desta forma, o futuro orçamento para 2006 terá que respeitar os dispositivos aprovados e promulgados dentre os quais, destacamos:

## Jogos Pan-Americanos de 2007

Introdução dos jogos como prioridade, pois não havia nenhuma referência nesta questão central para a cidade no projeto enviado pelo prefeito.

Em 1º de agosto de 2005	Cancelamento	Reforço
Pessoal das Unidades Federais de Saúde Municipalizadas	R\$ 30.950.000,00	
Ações e Serviços de Saúde da Rede Credenciada SUS	R\$ 15.000.000,00	
Provisão de Gasto com Pessoal		R\$ 30.950.000,00
Incremento de Procedimentos na Atenção Básica – manutenção		R\$ 15.000.000,00

## Participação popular

Sempre na busca pela cidadania plena e tendo o orçamento como instrumento fundamental do efetivo controle da população sobre os recursos e as despesas governamentais foi determinada a obrigatoriedade de execução das sugestões decorrentes de participação popular.

## Contingenciamento

Somente com legislação específica se poderá bloquear os gastos nas áreas de saúde, saneamento, habitação, educação e assistência social e de despesas com obras referentes à implementação dos Jogos Pan-Americanos de 2007. Compreendemos que, muitas vezes,

circunstâncias alheias ao controle do governo obrigam o Poder Executivo a promover o contingenciamento de dotações orçamentárias. Entretanto, grande parte dos bloqueios incide justamente sobre as dotações destinadas às áreas sociais. Caso a necessidade seja preeminente o Poder Legislativo poderá autorizar o contingenciamento.

## Remanejamento

Historicamente, a abertura de créditos suplementares, escudadas em autorizações de 20% ou 30% do total, tem sido usada para redefinir as prioridades listadas na Lei Orçamentária e também para impedir a concretização das alterações feitas pelo parlamento. Resgatamos a função legal dos remanejamentos, ao permitir a abertura de crédito suplementar por decreto até o limite de 15% para cada projeto ou atividade – margem suficiente de alteração necessária à agilidade do bom funcionamento da *máquina estatal*.

Cabe destacar que o alcaide tem liberdade para este ano – garantida por lei – de abrir créditos suplementares na proporção de 30% do orçamento total – equivalente a R\$ 2,6 bilhões. A título de exemplo de como é alterado o orçamento, destacamos nos meses de agosto e setembro alguns procedimentos escudados no remanejamento:

## Agosto

Foi modificado um montante de aproximadamente R\$ 35,4 milhões. O valor remanejado representa aproximadamente 0,4% do orçamento total do município.

Um dos remanejamentos foi destaque no Diário Oficial do Município, com o título: “Liberados R\$ 45,9 milhões para a Secretaria de Saúde”. Ao se observar os decretos, nota-se que a liberalização é oriunda de programas da própria Secretaria, ou seja, retirou da Secretaria de Saúde e colocou na própria Secretaria de Saúde:

Talvez a motivação para as alterações acima seja decorrente da permanente crise da

saúde, evidenciada no início do ano com a intervenção federal.

## Setembro

A abertura de créditos suplementares atingiu o valor de aproximadamente R\$ 87 milhões. O destaque foi no dia 14: “Liberados R\$ 1,5 milhão para o Festival do Rio”. O crédito em favor da empresa municipal *RioFilmes*, teve como fonte de recursos parte da dotação estabelecida para pagamento da dívida interna.

O programa beneficiado pelos créditos tinha como previsto para o ano, a dotação de R\$ 585 mil; assim, verifica-se que sua dotação foi aumentada em mais de 250%.

Cabe questionar perante o planejamento orçamentário: se o festival já estava planejado desde ano passado como explicar um erro de previsão desta dimensão? Por sua vez, como se retiram créditos destinados ao pagamento da (sempre crescente) dívida interna? ■

## Comitê Social do Pan

A 19 e 20 de agosto realizou-se o seminário “Que Pan nós queremos”, na UERJ. Foram debatidas questões como “impactos sócio-ambientais durante os preparativos dos jogos”, “qual cidade herdaremos após o Pan”, “quais segmentos da sociedade serão beneficiados e prejudicados”, “quem paga a conta” e “como o movimento social participará no processo de implementação e fiscalização cidadã, sobretudo, as comunidades diretamente afetadas”. Entre as deliberações do seminário, destacamos:

- Que toda construção ou obra feita com recursos públicos em nome do Pan tenha a gestão e o uso público, para evitar a privatização de espaços públicos, após o Pan;
- Que se preserve a destinação de uso esportivo das áreas utilizadas;
- Que seja garantida a moradia, caso haja necessidade de remoção de moradores. Ou seja, não basta indenização, geralmente insuficiente;
- Que a sociedade organizada tenha acento no Comitê Organizador dos Jogos.

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro.  
 Coordenação Executiva: Conselheira Ruth Espinola Soriano de Mello, Supervisão Técnica: economista Luiz Mario Behnken.  
 Estagiários: Thiago Marques, Ana Malburg e Júlia Martins

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogspot.com.br

## Corecon-RJ Eleição será dia 28

No próximo dia 28 de outubro, os economistas do Rio de Janeiro irão às urnas para a eleição do primeiro terço do Conselho Regional de Economia da 1ª Região. Serão eleitos três conselheiros efetivos e três suplentes, com mandatos de três anos; um conselheiro suplente, mais presidente e vice-presidente do Conselho, para a

gestão de 2006, e também um delegado efetivo e um suplente para o Colégio Eleitoral do Conselho Federal de Economia (Cofecon).

Poderão exercer o direito de voto todos os economistas inscritos no Corecon-RJ e em dia com suas anuidades. Até a primeira quinzena de outubro, os economistas estarão recebendo em suas casas

os envelopes padronizados para votação através de correspondência pelo Correio. Serão aceitos somente os votos através desses envelopes padronizados, recebidos até antes do encerramento do processo de votação. Os profissionais também poderão votar diretamente na mesa que será instalada na sede do Conselho. ■

A chapa inscrita "Movimento de Renovação dos Economistas" tem como candidato a presidente o professor João Paulo de Almeida Magalhães; vice-presidente, Paulo Passarinho, coordenador geral do Sindecon-RJ; conselheiros efetivos, Antônio Melki Júnior, Gilberto Caputo Santos e Paulo Passarinho; delegado-eleitor: João Manoel Gonçalves Barbosa.

## Livro discute a EPI

Em seu mais recente livro, o professor Reinaldo Gonçalves apresenta os fundamentos da Economia Política Internacional (EPI) e, com base nela, analisa as relações econômicas internacionais do Brasil.

Professor da matéria na Faculdade de Economia da UFRJ, Reinaldo, em *Economia Política Internacional. Fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil*,

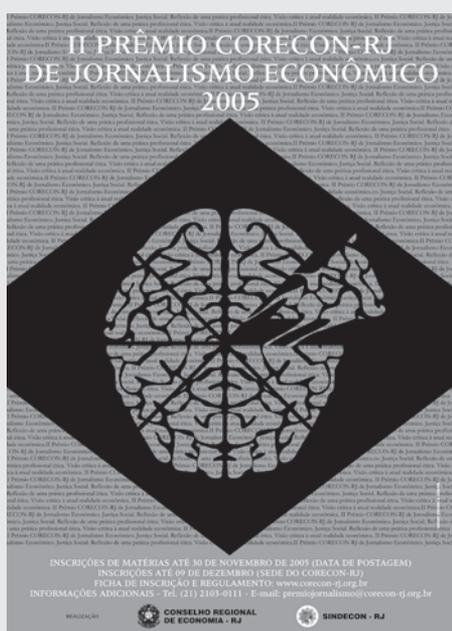
lançado recentemente pela Editora Campus/Elsevier, mostra os chamados eixos estruturantes da EPI, que busca entender os processos internacionais não somente a partir das rivalidades entre Estados, como também das contradições, rivalidades e disputas que ocorrem em cada um dos Estados, contrapondo classes sociais e grupos de interesses. ■



### Tese vira livro

A tese de doutorado do economista Mauro Osório, na UFRJ, virou um livro: *Rio nacional Rio local – mitos e visões da crise carioca e fluminense*, lançado há pouco pela Editora Senac Rio. Para além da influência de uma crise mais geral, de caráter nacional, ele defende que há uma crise específica do Rio, pouco abordada e pouco compreendida.

Mauro toma por base dados referentes ao desempenho econômico do Rio de Janeiro, desde os anos 70, para discutir a hipótese dele, que é a de que existe uma crise específica da região, "pouco entendida, pouco discutida", que remonta e diz respeito a uma memória e tradição de capital da República, ambas ainda muito vivas e presentes no estado.



## Lançado Prêmio de Jornalismo

O Conselho acaba de lançar o **II Prêmio Corecon-RJ de Jornalismo Econômico**. O objetivo é incentivar a produção de matérias de natureza crítica à atual realidade econômica, publicadas em jornais, revistas, periódicos e informativos, com sede no Rio de Janeiro, e que se refiram a fatos, pessoas ou acontecimentos econômico-financeiros ocorridos no país.

Poderão participar jornalistas profissionais, regularmente registrados no Ministério do Trabalho, com matérias publicadas entre o dia primeiro de setembro de 2004 e 30 de setembro deste ano. O prazo para inscrição de matérias vai até o dia 30 de novembro e o vencedor receberá a premiação de R\$ 3 mil, cabendo ao segundo colocado o prêmio de R\$ 1 mil.

A inscrição será feita com a apresentação de três recortes ou reproduções das matérias, com os nomes do veículo, autor e a data da publicação. No caso de matérias publicadas sem assinatura ou com pseudônimo, a autoria do trabalho poderá ser atestada, por escrito, pela chefia ou editor/diretor da publicação. Cada jornalista poderá inscrever até três trabalhos, que deverão ser remetidos para o Corecon-RJ, na avenida Rio Branco, 109, 19º, CEP 20054-900, com o endereçamento: **II Prêmio Corecon-RJ de Jornalismo Econômico**. Pede-se aos jornalistas inscritos que comuniquem o ato de suas inscrições através do correio eletrônico [premiojornalismo@corecon-rj.org.br](mailto:premiojornalismo@corecon-rj.org.br).